

Opinião

O optimista

Posto de observação

Henrique Diz
(Professor
Catedrático)

Em maio de 2016, o Presidente da República referiu-se ao “otimismo crónico e ligeiramente irritante” de António Costa, que “vê violeta-rosa onde há roxo”. A julgar pelos últimos desenvolvimentos, o Primeiro-Ministro tem toda a razão para dar largas ao seu contentamento e aprofundar a sua visão rosa da situação. Já nem há violeta. De facto, nunca esteve tão perto de dominar um país adormecido na sua conversa, sem que surja opositor à altura.

Costa conseguiu ter o apoio dos partidos à sua esquerda durante os três anos que decorreram da legislatura, sem que se vislumbre que haja alteração radical da sua posição, a julgar pela mais que certa aprovação do Orçamento de Estado para 2019. Se é verdade que a paz social já viu melhores dias – as greves nos serviços públicos aí estão para o demonstrar – não se afigura provável que tal mudança signifique mais do que uma tentativa – vã? – do PCP de chamar a atenção dos seus simpatizantes para a necessidade de manter uma votação que lhe permita continuar a ser uma força importante na determinação do rumo do País. Nesta matéria, o Bloco de Esquerda tem peso zero. O que compensa com uma presença forte na comunicação social

e nas redes sociais, agarrado, sempre que pode, a causas fraturantes, pelo impacto mediático que conseguem, garantindo uma visibilidade e uma influência na opinião publicada que é claramente superior ao seu peso eleitoral. O que é dramático para estes dois partidos é ter que aceitar as regras impostas por Bruxelas, eles que sempre viram na Comissão Europeia o belzebu que era preciso combater com toda a energia. E, assim, temos quatro orçamentos aprovados com déficits que se vão aproximando de zero, com a complacência, o silêncio ensurdecedor dos comunistas e do BE. Que procuram disfarçar com a sugestão de medidas que até há pouco tempo os fariam corar de vergonha. E que dão mais motivos ao PM para continuar a sorrir.

Olhemos para a proposta de Orçamento de Estado de 2019. Há dois exemplos interessantes para quem queira seguir o pensamento da esquerda portuguesa: o primeiro é o das propinas no ensino superior que, aparentemente por proposta do Bloco de Esquerda, serão diminuídas em cerca de duzentos e vinte euros anuais a partir do próximo ano letivo. Ora aí está uma medida estranha para quem diz defender os mais desfavorecidos. Dar-lhes exatamente o que dão aos mais ricos. Isto é, os filhos de um casal com rendimento de, digamos, cem mil euros por ano, é tão beneficiado como um de um agregado com o ordenado mínimo. Não estou aqui a discutir se este é o caminho, mas gostaria que me explicassem como se coaduna esta proposta com a “penalização” dos “ricos” e beneficiação dos “pobres” tão defendida por BE e PCP e uma parte do PS. O mesmo se aplica à gratuidade dos livros escolares até ao décimo segundo ano.

Mutatis, mutandis. É evidente que a discussão sobre estes dois assuntos necessita de ser aprofundada, porque a sua resolução depende do que entendemos por papel do Estado na regulação da sociedade, na promoção da igualdade, na distribuição de riqueza. Mas quem não procura um pensamento mais estruturado é precisamente quem defende medidas casuísticas como forma de promover a equidade. Infelizmente, este parece ser o “modus operandi” de quem nos governa, seja diretamente no executivo, seja no apoio que lhe concede. Pelo que a crítica se pode dirigir aos elementos concretos que são avançados. Com muita pena minha, que preferia que os portugueses fossem confrontados com a discussão sobre o seu futuro.

Para António Costa, esta é a situação ideal. Porque se limita a ceder aqui e ali, comprometendo-se com o aumento da despesa pública que compensa com a maior carga fiscal das últimas décadas. Aproveitando o vento favorável vindo da Europa, navega com tranquilidade na certeza de que o crescimento económico, a que adiciona umas taxas mal disfarçadas, ou aumentos sub-reptícios de impostos – como vai suceder com o IRS para muitos contribuintes, força da não atualização dos escalões perante o aumento desejado das remunerações – acudirão, em 2019 – depois, logo se vê – aos aumentos de custos que o piscar de olho à esquerda traz consigo.

O mar está tão calmo que o Primeiro-Ministro se permite voltar aos luxos a que o PS nos tinha habituado em tempos de má memória. Dois exemplos: a nomeação de um secretário de Estado para a Energia de uma pessoa que, por muito competente que seja como economista – algo que não discuto – manifestou até hoje zero de capacidades para tratar um dos assuntos que

mais pode afetar a competitividade das empresas portuguesas – para além da bolsa das famílias; e a nomeação de um deputado do partido para uma entidade reguladora, que foi criada para ser independente das políticas do governo em funções, sem que reunisse as mínimas condições de conhecimento do setor que pudesse, ainda que debilmente e ao arrepio do objetivo da instituição, justificar a ausência de distanciamento ao executivo. A estas duas nomeações o Bloco de Esquerda e o PCP disseram “nim”, provando, uma vez mais, que perderam a sua capacidade reivindicativa a troco de umas migalhas que o ministro das Finanças lhes concede em sede de OE, e que lhes permitem “fazer a festa, deitar os foguetes e apanhar as canas” junto da opinião pública, de nomeações para órgãos relacionados com o Estado ou de recuperação do poder dos sindicatos na Administração Pública e nas Empresas Públicas. Afinal, um prato de lentilhas com sabor a caviar para quem, segundo parece, a ideologia pode ser “metida na gaveta” em troca de umas réstias de poder.

Se, à passividade muito mal disfarçada da esquerda, juntarmos um PSD que não existe como oposição e um CDS com reduzida influência na opinião pública e constantemente fustigado pelos comentadores de serviço, podemos ver como o “otimismo ligeiramente irritante” de António Costa pode continuar no seu aprofundamento crónico, num ano cuja execução orçamental parece conduzi-lo a um segundo mandato.

Nota final: espero bem que a demissão do ministro da Defesa não permita lançar o caso de Tancos para o oblívio. Seria a amplificação de um escândalo que já é insuportável. ◀

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

(H)À Educação

Vânia Carlos*
vania@ua.ptExistem *smart cities* sem comunidades educativas inteligentes?

A expressão *smart cities* é hoje uma *buzzword* (palavra da moda), abundante em discursos políticos e académicos e sonante aos ouvidos do cidadão comum, mas serão as suas valências amplamente conhecidas, potenciadas e implementadas?

Apesar de não existir uma definição consensual do conceito, as *smart cities* (em português, cidades inteligentes) estão estreitamente relacionadas com o uso de tecnologia inteligente para melhorar as dimensões funcionais da cidade (mobilidade, ambiente, economia, qualidade de vida, governação...), pressupondo facilitar o acesso à informação, à participação, à colaboração e à transparência com os cidadãos. E na promoção de *smart cities*, enquanto territórios que reúnem tec-

nologias e pessoas na melhoria da inovação, aprendizagem, conhecimento e resolução de problemas, são vitais processos cívicos *bottom-up* (que partem das pessoas).

Contudo, estudos reconhecem a concretização de uma visão redutora do potencial das *smart cities*, muito centrada na tecnologia em si mesma e resultando de processos de decisão *top-down* (que partem de estruturas políticas, administrativas e económicas). Como garantir que as soluções desenvolvidas no contexto das *smart cities* servem os cidadãos, se os próprios têm uma participação incipiente no diagnóstico dos problemas e no desenvolvimento de soluções para os mesmos? E se a participação cívica nestes processos, por cidadãos adultos, tem ainda um longo caminho a ser trilhado, que dizer da participação cívica por crianças?

A proximidade entre decisores políticos e cidadãos, essencial para fomentar o poder educativo da cidade, exige comunidades organizadas, bem como a articulação de Projetos Educativos Municipais e de Escola. E a necessidade passa não só por se criarem situações de capacitação dos futuros cidadãos de cidades inteligentes mas em encontrar formas de se envolver as crianças, enquanto cidadãos que já o são, nos processos de desenvolvimento de cidades inteligentes.

Comunidades educativas inteligentes pressu-

põem processos de cocriação cívica em espaços físicos e virtuais, formais e informais, onde professores, pais, atores locais e alunos possam refletir e planificar estratégias pedagógicas que respondam aos desafios e oportunidades das cidades e sociedades inteligentes. Envolver as crianças em estratégias de ciência cidadã (na construção de conhecimento), fomentar a criação de redes de mentores locais implicados em atividades pedagógicas nas Escolas e partilhar informação relevante em plataformas digitais de consciência coletiva promove a participação cívica de adultos e crianças. A componente inteligente das *smart*

cities diz, portanto, respeito a comunidades implicadas e civicamente ativas (incluindo o potencial crítico e criativo das crianças), a utilizar e a desenvolver tecnologia para participar em processos de decisão e de resolução de problemas do mundo real. ◀

*Centro de Investigação “Didática e Tecnologia na Formação de Formadores” (CIDTFF) da Universidade de Aveiro

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



D.R.